

A GANGRENA QUE O SENADO TERÁ DE EXTIRPAR

Paulo Brossard

Aqueles que conhecem a nossa história parlamentar, do Primeiro Reinado à Regência, do Segundo Reinado à República, sabem que pelo antigo Palácio do Conde dos Arcos, pelo Monroe e por fim pelo Senado em Brasília, passaram muitos dos mais respeitáveis homens públicos da nação. O Senado difere da Câmara: o deputado é eleito por quatro anos, quando o mandato senatorial é de oito; para ser deputado, exige-se que o candidato conte no mínimo 21 anos, a mesma idade mínima exigida para que alguém possa ser ministro de Estado; já para ser senador, como para ser ministro do STF, o cidadão deve contar 35 anos ou mais; ou seja, a Constituição quer que o Senado seja composto de pessoas de maior experiência de vida e dos negócios públicos; nem foi por acaso que os presidentes do Conselho de Ministros ao tempo do Império, em regra, haviam passado pela Câmara e eram membros do Senado, e que a maioria dos presidentes da República passara pelo Senado e ao Senado voltara depois da presidência.

Por tudo isso, o que vem acontecendo na Câmara Alta é deplorável; dir-se-ia inacreditável. A tribuna do Senado se converteu em posto de agravos da maior gravidade, e o que é mais chocante, dirigidos pelo então presidente e endereçados à pessoa de seu indigitado sucessor. Mesmo depois da eleição deste, os insultos continuaram. E a nação assistiu, confrangida, ao inédito espetáculo, o ex-presidente a insultar seu sucessor e este a devolver-lhe os doestos.

Não foi só. Em reunião do então presidente do Senado com três procuradores da República, gravada clandestinamente por um deles, afirmou aquele, não se sabe por que nem para que, conhecer o voto de senadores em determinada sessão secreta, chegando a particularizar o voto de uma senadora, como sendo contrário à orientação de sua bancada; nunca se vira senador algum dizer ao presidente do Senado o que ela disse no plenário daquela casa. A declaração teve ampla repercussão e fez com que o painel do Senado fosse submetido a perícia sob a responsabilidade da Unicamp. O laudo foi terminante. O painel eletrônico fora violado, e não houve quem questionasse sua conclusão.

A partir daí, a questão começou a tomar outro rumo, pois se ocorreu violação do painel impunha-se saber quem a promovera. Para ser breve, limito-me a lembrar ter sido mencionado o nome do líder do governo na casa, notório rival do senador cujo mandato fora cassado na sessão secreta de 28 de junho de 2000, e ele não tardou a proferir longo discurso, feito com arte, para negar de maneira categórica qualquer participação no episódio; reconstituiu, quase minuto a minuto, o que fizera na véspera de 28 de junho, onde estivera, com quem falara, onde jantara, afiançando que em nenhum momento estivera com a diretora do Prodasen; no dia seguinte, foi a vez desta graduada funcionária prestar depoimento à Comissão de Ética do Senado, confessou lisamente a falta cometida e assumiu inteira responsabilidade pelo seu ato; durante cinco horas, foi preciso na exposição e profunda a repercussão do seu depoimento. Não demorou muito e o líder do governo, já então ex-líder, retornou à tribuna e num discurso penoso confessou sua participação na operação que deveria ser secreta e nunca revelada, "mesmo sob tortura". Caiu a casa. Não ficou pedra sobre pedra. A cada dia, o caso tomava rumo insuspeitado com a revelação de que a verdade nem sempre fora respeitada.

Por fim, depôs o ex-presidente do Senado; não lhe faltou engenho, mas foi pouco convincente; incidiu em contradições flagrantes, que foram apontadas. Em síntese, o que ontem era negado de maneira formal, passou a ser reconhecido sem reticências.

Fui, não sou mais juiz; não tenho o propósito de julgar quem quer que seja, até porque o processo está longe de chegar ao termo, mas não posso deixar de lembrar que os fatos, antes negados e hoje notórios, nunca jamais haviam ocorrido na casa outrora presidida por Prudente de Moraes e Rui Barbosa. E triste ter de reconhecer que a gangrena chegou ao velho Senado. A quem fui parlamentar por 24 anos e encerrou sua atividade legislativa exatamente naquela casa veneranda, é melancólico ter de fazer esse registro. Mas é impossível negar o fato, embora seja doloroso reconhecê-lo. Mil vezes não tivesse ocorrido, mas, já que ocorreu, é imperioso que a gangrena seja extirpada, atinjá-la quem atingir, sem insultos, mas com firmeza, sem a divulgação de pré-julgados, mas com a observância das formalidades legais. A esvirmação há de ser completa e exemplar, para que nunca mais venha a repetir-se o flagelo execrável. Já que aconteceu a desgraça pelo menos que dela seja extraído algum benefício para o próprio Senado e para o país.

PAULO BROSSARD, EX-MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, FOI SENADOR PELO MDB DURANTE A DÉCADA DE 70 E É CONSIDERADO UM DOS MAIS BRILHANTES ORADORES QUE JÁ PASSARAM PELO CONGRESSO NACIONAL